

POLPAR S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF 59.789.545/0001-71
NIRE 35.300.122.526

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO
PARA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2019

Proposta da Administração da **POLPAR S.A.** (“Companhia”), nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e da Instrução CVM n.º 481, de 17 de dezembro de 2009, conforme alterada (“ICVM 481/09”) (“Proposta”), a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, a ser realizada no dia 29 de abril de 2019, às 11h45 horas (“Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária”).

ÍNDICE

1. Matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária	02
2. <u>Anexo I</u>: Item 10 do Formulário de Referência (<i>Comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia</i>)	04
3. <u>Anexo II</u>: Proposta da Destinação do Lucro Líquido (<i>Anexo 9-1-II - Instrução CVM 481/09</i>)	12
4. <u>Anexo III</u>: Proposta de Remuneração dos Administradores	15

Prezados Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, a Proposta da Administração (“Proposta”) da Companhia acerca das matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária:

EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:

1. Apreciação das contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2018.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas respectivas Notas Explicativas, todos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, acompanhados do relatório do auditor independente, estão disponibilizados no website da Companhia www.polpar.com.br e na página da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) www.cvm.gov.br, tendo recebido do Conselho de Administração da Companhia manifestação favorável à sua aprovação nos termos da reunião desse órgão realizada no dia 28 de fevereiro de 2019.

As demais informações e os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia em conformidade com a Seção 10 do Formulário de Referência e com a Instrução CVM nº 481/09, conforme alterada (“ICVM 481”), constam desta Proposta.

2. Destinação do resultado do exercício de 2018.

Foi apurado no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, conforme evidenciado nas Demonstrações Financeiras da Companhia, auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, um lucro líquido de R\$ 313.079,43, cuja proposta da Administração da Companhia para sua destinação segue abaixo:

- a) o valor de R\$ 15.653,97 para o fundo de reserva legal;
- b) o valor de R\$ 74.412,00 para pagamento de dividendos no valor de R\$ 0,954 por ação ordinária e R\$ 1,0494 por ação preferencial, com base na posição acionária da data da Assembleia Geral que declarará os referidos dividendos, para pagamento em data a ser definida na referida Assembleia, passando as ações a serem negociadas “ex-direitos” a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior a tal deliberação;
- c) o valor de R\$ 200.712,11 para a reserva especial para futuro aumento de capital; e

- d) o valor de R\$ 22.301,35 para a reserva estatutária especial.

Para maiores informações sobre esta matéria, vide Anexo II desta Proposta, elaborado nos termos do Anexo 9-1-II da ICVM 481.

3. Fixação do montante global anual da remuneração dos administradores.

A Companhia não pagará qualquer remuneração aos seus administradores.

EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:

1. Deliberação sobre a alteração do endereço da sede da Companhia.

Propõe-se alterar o endereço da sede da Companhia para a cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.355, 21º andar, CEP 01452-001.

2. Comunicação sobre a mudança do jornal em que a Companhia passará a realizar as suas publicações legais.

Comunicar que a partir da data da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia as publicações legais da Companhia deixarão de ser realizadas no jornal O Valor e passarão a ser realizadas no jornal O Estado de São Paulo. As publicações da Companhia no Diário Oficial do Estado de São Paulo não sofrerão qualquer alteração.

Observações:

A Companhia esclarece que, nos termos da Instrução CVM nº 594, de 20 de dezembro de 2017 (“IN CVM 594”), as normas do voto à distância previstas na Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 (“IN CVM 481”), conforme alterada, não se aplicam à Companhia.

O parágrafo 2º do art. 1º da IN CVM nº 594, que alterou artigos da IN CVM 481, determina que “o disposto nesta Instrução não se aplica às companhias abertas que não possuam ações em circulação, assim consideradas as ações da Companhia, com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores da companhia e daquelas mantidas em tesouraria”.

Tendo em vista que a Companhia não possui ações em circulação, não será disponibilizado boletim de voto à distância a seus acionistas.

ANEXO I

PARA FINS DO INCISO III DO ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA NOS TERMOS DO ITEM 10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA, CONFORME ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09.

10 Comentários dos Diretores

10.1. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social.

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais
<p>A Diretoria entende que a Companhia possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para cumprir com suas obrigações de curto e médio prazos, assim como possui acesso a diferentes fontes de financiamento.</p> <p>Nos exercícios de 2018, 2017 e 2016, a Companhia registrou, respectivamente, lucro líquido de R\$ 313 mil, R\$ 545 mil e R\$ 1.461 mil.</p> <p>Indicadores adicionais sobre as condições patrimoniais e financeiras da Companhia são apresentados no item 10.1.”b” abaixo.</p>

b) Estrutura de capital
<p>O patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2018 era de R\$ 35.679 mil, um acréscimo de 79,56%, ou R\$ 15.809 mil, em relação a 31 de dezembro de 2017, e um acréscimo de 126,89%, ou R\$ 19.954 mil, em relação a 31 de dezembro de 2016. A variação é explicada, em sua maior parte, pelos ajustes de avaliação patrimonial decorrentes da marcação dos investimentos ao valor justo de mercado, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.</p> <p>Não existe previsão de resgate de ações no curto ou médio prazos.</p>

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Diretoria acredita que a geração de caixa da Companhia é suficiente para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não exista garantia de que tal situação permanecerá inalterada.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de recursos da Companhia são provenientes de dividendos e juros sobre capital próprio recebidos de seus investimentos, além de aportes de acionistas para necessidades eventuais. A Companhia não tem feito investimentos relevantes que necessitem de recursos.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui liquidez e geração de caixa consistente, suficiente para o cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazo, além de possibilitar a continuidade de seus projetos. Dessa forma, a Diretoria entende desnecessária, neste momento, a utilização de quaisquer fontes de financiamento adicionais com o intuito de cobertura de deficiências de liquidez.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas, indicando (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia

A Companhia não possui financiamentos, empréstimos ou dívidas relevantes de qualquer natureza.

g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

A Companhia não possui financiamentos contratados.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Em janeiro de 2019, a Suzano Papel e Celulose (“Suzano”) completou o processo de reorganização societária que resultou no controle integral do capital social da Fibria. Após essa transação, considerando que parte da contraprestação foi feita pela Suzano por meio de emissão de novas ações, a Companhia passou a deter 0,05 % do capital total da Suzano.

Em 29 de novembro de 2018 ocorreu a aprovação da transação pela autoridade da concorrência na União Européia, última autoridade da qual a Suzano precisava ter aprovação.

Em 15 de março de 2018, foi celebrado pela investida Suzano Holding S.A. (“Suzano Holding”), em conjunto com os demais acionistas controladores da investida Suzano (em conjunto, os “Acionistas Controladores da Suzano”), e pelos acionistas controladores da Fibria Celulose S.A. (“Fibria” e, em conjunto com a Suzano, as “Companhias”), a Votorantim S.A. e o BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (“BNDESPAR”) (em conjunto, os “Acionistas Controladores da Fibria”), com interveniência e anuência da Suzano, o Compromisso de Voto e Assunção de Obrigações, pelo qual os Acionistas Controladores da Suzano e os Acionistas Controladores da Fibria acordaram exercer seus votos para combinar as operações e bases acionárias da Suzano e da Fibria, mediante a realização de reorganização societária.

Em 21 de dezembro de 2017 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a conversão de 40.000 ações ordinárias da Companhia em 40.000 ações preferenciais.

Aos detentores das ações preferenciais é assegurado prioridade no reembolso de capital, sem prêmio; direito de participar do dividendo a ser distribuído, correspondente, pelo menos, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76; dividendo por ação preferencial de 10% superior ao das ações ordinárias; participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, no recebimento de ações bonificadas resultantes da capitalização de reservas ou fundos de qualquer natureza, ou mesmo de fracionamento e todos os demais direitos que forem atribuídos às ações ordinárias, ressalvado o direito a voto e conversão em ação ordinária.

Em 10 de novembro de 2017 foi concluída a migração da Suzano para o segmento do Novo Mercado da B3, com a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Suzano em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação preferencial, classes A ou B, para cada 1 (uma) ação ordinária. Desta forma as 643.450 ações

preferenciais detidas pela Companhia foram convertidas em 643.450 ações ordinárias de emissão da Suzano.

Receita de dividendos: recebimento de dividendos no exercício de 2018, no montante de R\$ 299 mil, no exercício de 2017, no montante de R\$ 577 mil e no exercício de 2016, no montante de R\$ 587 mil.

Ativos financeiros disponíveis para venda: investimentos marcados ao valor justo de mercado com saldo de R\$ 46.180 mil em 31 de dezembro de 2018, R\$ 22.665 mil em 31 de dezembro de 2017 e R\$ 17.222 mil em 31 de dezembro de 2016.

10.2. Os comentários a seguir referem-se às 3 últimas demonstrações financeiras de encerramento do exercício social

a) Resultados das operações da Companhia, em especial: (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita; e (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

No exercício de 2018, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 313 mil em comparação ao lucro líquido de R\$ 545 mil no exercício anterior. A receita de dividendos proveniente dos investimentos detidos na Suzano e na Suzano Holding, no valor de R\$ 299 mil, combinada com o resultado financeiro líquido, no valor de R\$ 141 mil, foram suficientes para cobrir as despesas administrativas do exercício, no valor de R\$ 128 mil.

No exercício de 2017, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 545 mil em comparação ao lucro líquido de R\$ 1.461 mil no exercício anterior. A receita de dividendos proveniente dos investimentos detidos na Suzano e na Suzano Holding, no valor de R\$ 577 mil, combinada com o resultado financeiro líquido, no valor de R\$ 185 mil, foram suficientes para cobrir as despesas administrativas do exercício, no valor de R\$ 194 mil.

No exercício de 2016, a Companhia apurou lucro líquido de R\$ 1.461 mil em comparação ao lucro líquido de R\$ 507 mil no exercício anterior. A receita de dividendos proveniente dos investimentos detidos na Suzano e na Suzano Holding, no valor de R\$ 587, combinada com o resultado financeiro líquido, no valor de R\$ 260 mil, e o resultado de outras receitas operacionais, no valor de R\$ 946 mil, foram suficientes para cobrir as despesas administrativas do exercício, no valor de R\$ 167 mil.

	Exercício findo em		
	2018	2017	2016
Receitas (despesas) operacionais			
Dividendos e juros sobre o capital próprio	299	577	587
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(128)	(194)	779
Resultado financeiro, líquido	141	185	260
Imposto de renda e contribuição social corrente	(5)	(22)	(162)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	(1)	(3)
Lucro líquido do exercício	313	545	1.461

Abertura dos dividendos e juros sobre capital próprio por companhia	Exercício findo em			
	2018	2017		2016
	Div	Div	JSCP	Div
Suzano Holding S.A.	175	208	26	183
Suzano Papel e Celulose S.A.	124	225	118	404
	299	433	144	587

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

NÃO APLICÁVEL.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.

NÃO APLICÁVEL.

10.3. Comentários dos Diretores em relação aos efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado, nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

NÃO APLICÁVEL. Não houve introdução ou alienação de segmento operacional no período em questão.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

NÃO APLICÁVEL. Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c) eventos ou operações não usuais

Em janeiro de 2019, a Suzano completou o processo de reorganização societária que resultou no controle integral do capital social da Fibria. Após essa transação, considerando que parte da contraprestação foi feita pela Suzano por meio de emissão de novas ações, a Companhia passou a deter 0,05 % do capital total da Suzano.

Em 29 de novembro de 2018, ocorreu a aprovação da transação pela autoridade da concorrência na União Européia, última autoridade da qual a Suzano precisava ter aprovação.

Em 15 de março de 2018, foi celebrado pela investida Suzano Holding, em conjunto com os Acionistas Controladores da Suzano, e pelos Acionistas Controladores da Fibria, com interveniência e anuência da Suzano, o Compromisso de Voto e Assunção de Obrigações, pelo qual os Acionistas Controladores da Suzano e os Acionistas Controladores da Fibria acordaram exercer seus votos para combinar as operações e bases acionárias da Suzano e da Fibria, mediante a realização de reorganização societária.

Em 21 de dezembro de 2017, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a conversão de 40.000 ações ordinárias da Companhia em 40.000 ações preferenciais.

Aos detentores das ações preferenciais é assegurado prioridade no reembolso de capital, sem prêmio; direito de participar do dividendo a ser distribuído, correspondente, pelo menos, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, calculado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76; dividendo por ação preferencial de 10% superior ao das ações ordinárias; participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, no recebimento de ações bonificadas resultantes da capitalização de reservas ou fundos de qualquer natureza, ou mesmo de fracionamento e todos os demais direitos que forem atribuídos às ações ordinárias, ressalvado o direito a voto e conversão em ação ordinária.

Em 10 de novembro de 2017 foi concluída a migração da Suzano para o segmento do Novo Mercado da B3, com a conversão da totalidade das ações preferenciais de emissão da Suzano em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação preferencial, classes A ou B, para cada 1 (uma) ação ordinária. Desta forma as 643.450 ações preferenciais detidas pela Companhia foram convertidas em 643.450 ações ordinárias de emissão da Suzano.

10.4. Os comentários a seguir referem-se aos 3 últimos exercícios sociais

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis
<p>As demonstrações contábeis da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“<u>CVM</u>”) e os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“<u>CPC</u>”).</p> <p>Foram emitidas e aprovadas novas normas contábeis pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não as adotou de forma antecipada para a preparação destas demonstrações financeiras.</p> <p>A Companhia avaliou as mudanças introduzidas por estas novas normas e com base nas análises realizadas, não identificou mudanças que produzam impacto em suas demonstrações financeiras.</p>
b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis:
<p>Não houve efeitos significativos das alterações em práticas contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.</p>
c) Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor
<p>Não houve ressalvas ou ênfases nos pareceres dos auditores para os períodos findos em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016.</p>

10.5. Comentários dos diretores em relação às políticas contábeis críticas da Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

a) Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço patrimonial para aquelas situações que apresentam, na data das demonstrações contábeis, risco provável de desembolso futuro, e que possam ser mensuradas com segurança. As provisões para contingências são classificadas como tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

b) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor a ser registrado nessas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: a análise de recuperação dos valores investidos; o imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos; as taxas e prazos aplicados na determinação do ajuste a valor presente de certos ativos e passivos; e a necessidade de provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

10.6. Comentários dos Diretores sobre os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, (iv) contratos de construção não terminada e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A Companhia não possui nenhum ativo ou passivo material que não esteja refletido em suas demonstrações financeiras, em conformidade com as práticas contábeis vigentes.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10.7. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:

a) Como os itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia.

NÃO APLICÁVEL.

b) Natureza e o propósito da operação

NÃO APLICÁVEL.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

NÃO APLICÁVEL.

10.8. Descrição dos Diretores sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo: (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos, (ii) fontes de financiamento dos investimentos e (iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há previsão de investimentos para a Companhia.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

c) Novos produtos e serviços, indicando: (i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas, (ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços, (iii) projetos em desenvolvimento já divulgados e (iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável, devido à natureza das operações da Companhia.

10.9. Comentários dos Diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

ANEXO II

**PARA FINS DO ARTIGO 9º, § ÚNICO, II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481, DE
17 DE DEZEMBRO DE 2009**

**PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO,
CONFORME ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09.**

ANEXO 9-1-II DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO DE 2018

- 1. Lucro líquido do exercício:** No exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 313.079,43 (trezentos e treze mil, setenta e nove reais e quarenta e três centavos).
- 2. Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:** R\$ 74.412,00

	Valor por ação	TOTAL R\$ (mil)
Dividendos propostos		
Ações Ordinárias	0,95	32
Ações Preferenciais	1,05	42
		74

- 3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76:** O estatuto social estabelece um dividendo mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
- 4. Montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:** Não houve distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.
- 5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe:**
 - a) **o valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio:** R\$ 74.412,00.
 - b) **a forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio:**

Os dividendos propostos demonstrados no item 2 terão o prazo de pagamento determinado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em

29 de abril de 2019, com base na posição acionária da data da Assembleia (em 29 de abril de 2019), passando as ações a serem negociadas “ex-direitos” a partir de do primeiro dia útil imediatamente posterior a tal deliberação, ou seja, 30 de abril de 2019.

c) eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio: Não há incidência de atualização e juros sobre os dividendos propostos.

d) data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:

Os dividendos propostos demonstrados no item 2, serão pagos com base na posição acionária da data da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 29 de abril de 2019, com pagamento a ser definido na referida Assembleia, passando as ações a serem negociadas “ex-direitos” a partir do primeiro dia útil imediatamente posterior a tal deliberação, ou seja, 30 de abril de 2019.

6. Caso tenha havido declaração de pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores: A Companhia não pagou dividendos ou juros sobre capital próprio com base em períodos semestrais ou em períodos menores do exercício.

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados: Não aplicável.

b) Informar as datas dos respectivos pagamentos: Não aplicável.

7. Tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos três exercícios anteriores:

	2018	2017	2016
Lucro líquido por ação (R\$):			
Ordinária	4,01	7,35	19,74
Preferencial	4,41	8,09	-

b) Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos nos três exercícios anteriores:

	2018	2017	2016
Dividendos distribuídos por ação (R\$):			
Ação ordinária	0,95	1,66	1,30
Ação preferencial	1,05	1,83	-
JSCP distribuídos por ação (bruto):			
Ação ordinária (R\$)	-	-	4,00

8. Havendo destinação de lucros à Reserva Legal:

a) Montante destinado à Reserva Legal: R\$ 15.653,97

b) Detalhar a forma de cálculo da Reserva Legal: 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício depois de deduzido os prejuízos acumulados.

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos: Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a) Descrição da forma de cálculo prevista no estatuto: O Art. 30, alínea “c”, do Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de um dividendo mínimo que represente, em cada exercício, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual, ajustado na forma prevista no Art. 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos serão declarados com integral respeito aos direitos, preferências, vantagens e prioridades das ações então existentes. Aos detentores das ações preferenciais é assegurado um dividendo de 10% superior ao das ações ordinárias.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente: A data de pagamento dos dividendos propostos será determinada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 29 de abril de 2019.

c) Informar o montante eventualmente retido: Não aplicável.

11. Retenção de dividendo obrigatório: Não aplicável.

12. Destinação de resultado para reserva de contingências: Não aplicável.

13. Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar: Não aplicável.

14. Destinação de resultado para reservas estatutárias:

a) **Descrição das cláusulas estatutárias que estabelecem as reservas:** O Estatuto Social da Companhia estabelece em seu Art. 30, Parágrafo Único, a formação de uma reserva especial destinada a futuro aumento de capital, no montante de até 90% (noventa por cento) do valor que remanescer após a apropriação da reserva legal e alocação dos dividendos, limitada a 80% (oitenta por cento) do capital social, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais. O remanescente poderá ser destinado à Reserva Estatutária Especial com a finalidade de garantir a continuidade da distribuição de dividendos, limitada a 20% (vinte por cento) do capital social.

b) **Identificação do montante destinado às reservas estatutárias:**

Reserva para Futuro Aumento de Capital - R\$ 200.712,11.

Reserva Estatutária Especial - R\$ 22.301,35.

c) **Cálculo do montante das reservas estatutárias:**

	(R\$ mil)
Lucro líquido do exercício	313
Reserva legal - 5%	(16)
Dividendos propostos	(74)
lucro após reserva legal e dividendos	223
Reservas estatutárias:	
- Reserva para futuro aumento de capital - 90%	(201)
- Reserva estatutária Especial - 10%	(22)

15. **Retenção de lucros prevista em orçamento de capital:** Não aplicável.

16. **Destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:** Não aplicável.

ANEXO III

PARA FINS DOS INCISOS I E II DO ARTIGO 12 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A Companhia não pagará qualquer remuneração aos administradores da Companhia, uma vez que sua remuneração é suportada por outras sociedades controladas pelos acionistas da Companhia, das quais os administradores integram a Diretoria e/ou o Conselho de Administração.